

**EDUCAÇÃO E CIDADANIA: contribuições necessárias para a inserção profissional**

**EDUCATION AND CITIZENSHIP: necessary contributions for professional insertion**

Cristovão Domingos Almeida<sup>1</sup>  
Simone Barros de Oliveira<sup>2</sup>  
Verônica Castro<sup>3</sup>

**Resumo:** Objetiva refletir a atuação do Serviço Social na educação básica brasileira com ênfase no fortalecimento da categoria profissional neste espaço sócio-ocupacional. É resultado de um estudo realizado à luz do método materialista histórico e dialético, como pesquisa documental e bibliográfica que tem por base os documentos oficiais dos órgãos representativos da categoria profissional. A educação cidadã se apresenta como modelo de educação, considerando que valoriza a criticidade, cujos princípios regem a democracia, respeita às diferenças e à liberdade. Evidencia-se que é uma necessidade histórica do reconhecimento da inserção do Serviço Social na área da educação básica.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Educação; Cidadania.

**Abstract:** It aims to reflect the performance of Social Work in Brazilian basic education with an emphasis on strengthening the professional category in this socio-occupational space. It is the result of a study carried out in the light of the historical and dialectical materialist method, such as documentary and bibliographic research that is based on the official documents of the representative bodies of the professional category. Citizen education is presented as a model of education, considering that it values criticality, whose principles govern democracy, respect for differences and freedom. It is evident that it is a historical need to recognize the insertion of Social Work in the area of basic education.

**Keywords:** Social Work; Education; Citizen.

A educação ocupa um lugar de destaque na sociedade, visto que historicamente seu trabalho vem sendo demandado como parte de estratégias de controle social, do Estado e das classes dominantes. No entanto, ela não deve ser pensada apenas nessa perspectiva.

## **EDUCAÇÃO BÁSICA E A INSERÇÃO NECESSÁRIA DO SERVIÇO SOCIAL**

A Educação Básica no cenário das políticas públicas se constitui como um direito social, no entanto, ao longo da constituição da sociedade brasileira, este nem sempre foi reconhecido como tal. O campo dos direitos sociais sempre foi alvo de intensas disputas que incluem desde os interesses da classe hegemônica até a sua materialização perante a ação do Estado.

<sup>1</sup> Professor da Universidade Federal do Mato Grosso. E-mail: cristovaoalmeida@gmail.com

<sup>2</sup> Professora da Universidade Federal do Pampa. Doutora e Mestra em Serviço Social, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS, Líder do Grupo de Pesquisa Educação, Direitos Humanos e Fronteira. E-mail: simoneoliveira@unipampa.edu.br

<sup>3</sup> Assistente Social formada pela Universidade Federal do Pampa/UNIPAMPA e membro do Grupo de Pesquisa Educação, Direitos Humanos e Fronteira. E-mail: veronicastro@gmail.com

Os direitos sociais, que são pertencentes aos direitos de segunda geração<sup>4</sup>, foram requisitados por meio de intensas mobilizações da classe trabalhadora no século XIX, ganhando visibilidade no século XX em pleno processo de expansão do capitalismo industrial. Conforme Simões (2011, p.79), “A concepção dos direitos sociais efetivou-se pela instituição da socialdemocracia e do Estado de Bem-Estar Social, no bojo da primeira grande crise do sistema capitalista e do acirramento da luta de classes”.

No Brasil, a educação foi tratada das mais diversas formas, passando por dificuldades e os mais diversos tipos de carências que se estendem até os dias atuais. O direito fundamental à educação assegurado a todos os brasileiros, de forma universal, foi tratada com mais zelo apenas na Constituição Federal de 1988, constituindo um pressuposto para a efetivação do Estado Democrático de Direito que tem como fundamento “a cidadania” e “a dignidade da pessoa humana”, sendo previsto no artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil, conhecida como “Constituição Cidadã”. Contudo, nem sempre a educação foi direito social de todos os cidadãos. Atualmente, os documentos que norteiam a educação básica são a Lei nº 9.394, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e o Plano Nacional de Educação, aprovado pelo Congresso Nacional em 26 de junho de 2014. A Constituição da República Federativa do Brasil constitui-se como documento soberano e o Estatuto da Criança e do Adolescente como documento complementar.

O ensino fundamental é a fase da educação básica obrigatória a partir dos seis anos de idade, tendo como objetivo tornar o aluno apto a ler, escrever e calcular. Neste sentido, tem como intuito proporcionar ao aluno a compreensão, análise e interpretação do espaço onde se insere e construir conhecimento, visando:

- I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social (BRASIL, 1996, art.32, p. 12).

---

<sup>4</sup> Segunda Geração são os direitos sociais que devem ser exercidos pelo homem por meio da intervenção do Estado (COUTO, 2010).

O Estado tem o dever de garantir o ensino fundamental e o ensino médio. O ensino fundamental é “[...] Obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade do ensino médio” (BRASIL, 1996, art. 4, p.2). A educação deve proporcionar o desenvolvimento humano na sua plenitude, em condições de liberdade e dignidade, respeitando e valorizando as diferenças. No entanto, a proposta do acesso à educação básica de qualidade enfrenta diversos desafios.

O Serviço Social, enquanto profissão, traz em seu processo histórico um conjunto de lutas constantes em busca de legitimação e institucionalização, caracterizando-se como uma profissão que procura responder às necessidades sociais que se encontram no bojo da sociedade capitalista. No decorrer de sua trajetória, constitui-se por meio de processos de renovação e influências desde sua gênese e, ao longo destes processos, a profissão se depara com avanços e retrocessos. Para que se possa compreender a conjuntura atual do Serviço Social é necessário apreender esses processos sócio históricos.

O Serviço Social surge por demanda do Estado na década de 1930 em resposta às tensões que vinham ocorrendo por parte da classe trabalhadora, a qual estava sofrendo com os fortes impactos da revolução industrial neste período. O Estado, por sua vez, toma para si a questão social e vai demandar um profissional que execute políticas sociais como resposta. Neste momento, o Serviço Social tinha um caráter mediador de conflitos e regulador das relações sociais. A gênese da profissão também é marcada por forte influência moral da igreja, pautando-se nos moldes do Serviço Social norte-americano. Ainda na década de 1930, o Serviço Social tinha a base de suas intervenções no “desajustamento social” onde cada sujeito deveria se adaptar à realidade social vigente visando a harmonia da sociedade. A atuação profissional, naquele momento, tinha o viés de reajustar o sujeito conforme a sociedade, deixando de lado as suas condições históricas sociais e econômicas às quais os sujeitos pertenciam. Em 1942, tem-se um avanço para o Serviço Social onde o mercado de trabalho começa a se ampliar graças à criação de duas importantes instituições: a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). No entanto, o Serviço Social ainda possui uma visão conservadora em que o discurso moral se faz presente em suas intervenções, culpabilizando os sujeitos. É neste momento que se tem uma aproximação com a política de educação, através das escolas de educação básica. Nesse contexto, ao retomar o esse processo histórico, Iamamoto e Carvalho (2011, p. 279) referem que o profissional assistente social ao desenvolver seu trabalho atua:

[...] através de um núcleo montado em cada escola, coordenará os encaminhamentos a entidades externas para regularização da “vida civil e profissional”; o *tratamento social* dos alunos, seja em grupo (jornadas sociais, orientação familiar e sindical, cinema, teatro etc.), seja individual (readaptação profissional e higiene mental); recreação extra-classe; encaminhamentos ao equipamento social da instituição para atendimentos médico-dentários e alimentação supletiva; organização de “caixas sociais” e de “associação de alunos”.

É neste contexto que vai ser pautado o trabalho do Serviço Social e, enquanto trabalho institucional, esta é uma das primeiras aproximações que se tem entre Serviço Social e escola. Outro avanço importante na trajetória histórica da profissão se deu em 1946, quando surge a Fundação Leão XIII, a qual traz a educação como uma das principais bases para a atuação do Serviço Social. “Para o Serviço Social da Fundação Leão XIII, o “problema da favela” será o problema da educação [...] através da qual a totalidade dos problemas sociais se reduz à questão da educação, do capital cultural, que em muito lhe serve de divisor de águas com o proletariado” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 301). Neste momento, utilizava-se a Educação Popular, que tem como função principal atender todas as classes sociais sem qualquer forma de discriminação e exclusão. No entanto, ainda neste período, a educação baseava-se em valores morais e reguladores da sociedade.

Na década de 1960, os assistentes sociais começam a identificar algumas fragilidades referente às ações profissionais, e em busca de renovação, tem-se na década de 1970 um marco histórico na profissão, denominado de Movimento de Reconceituação. De acordo com Iamamoto (2009, p. 205):

[...] tônica dominante na América Latina, representou um marco decisivo no desencadeamento do processo de revisão crítica do Serviço Social no continente. O exame da primeira aproximação do Serviço Social latino-americano à tradição marxista se impõe como um contraponto necessário à análise do debate brasileiro contemporâneo.

É neste contexto que a categoria busca o rompimento com o Serviço Social tradicional, visando mudanças que venham ao encontro de respostas às necessidades da classe trabalhadora, com a perspectiva de trabalhar com viés emancipatório dos sujeitos na coletividade. Neste processo de mudanças e avanços para o Serviço Social, tem-se, na década de 1990, referências significativas para a profissão, pois é criado da Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662 de 7 de Junho de 1993), o Código de Ética Profissional de 1993, as novas diretrizes

curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social de 1996 (ABEPSS), que juntos compõem o direcionamento profissional denominado de Projeto Ético-político profissional. O Projeto Ético-Político é um dos avanços da categoria profissional e sintetiza o norte da ação profissional e o direcionamento da categoria profissional até os dias atuais.

O Serviço Social é uma profissão interventiva que objetiva um novo modelo societário, e age em conformidade com o projeto ético-político da categoria profissional que busca a defesa de uma educação que valorize e respeite as particularidades de cada sujeito inserido no âmbito escolar, sendo esta denominada de educação cidadã.

No entanto, cabe destacar que o Serviço Social tem o compromisso ético de lutar por uma educação que contribua com os indivíduos na leitura e interpretação do mundo para, assim, poderem se posicionar frente a este. Nesta perspectiva, concordamos com Paulo Freire quando o autor, ao referir sobre processos de educação, afirma que se deve ir

[...] propondo ao povo a reflexão sobre si mesmo, sobre o seu tempo, sobre suas responsabilidades, sobre seu papel no novo clima cultural da época de transição. Uma educação que lhe propiciasse a reflexão sobre o seu próprio poder de refletir e que tivesse sua instrumentalidade, por isso mesmo, no desenvolvimento desse poder, na explicitação de suas potencialidades, de que decorreria sua capacidade de opção. Educação que levasse em consideração os vários graus (estes vários graus dentro do condicionamento histórico-cultural da intransitividade de consciência para a transitividade ingênua) de poder de captação do homem brasileiro da mais alta importância da sua humanização (FREIRE, 1967, p. 67).

Neste sentido, é importante ressaltar que o Serviço Social traz em suas diretrizes curriculares uma formação com a adoção de uma teoria social crítica que possibilita a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade. Com isso, entende-se que o profissional de Serviço Social inserido na educação básica busca uma educação cidadã em seus diferentes processos de mediação neste espaço sócio-ocupacional. Nesse contexto, o Serviço Social, com base no direcionamento social da profissão, passa a buscar e defender uma concepção de educação cidadã a qual visa a autonomia dos sujeitos e suas potencialidades, preocupando-se com a forma como a educação enquanto direito é tratada e com a defesa da educação com vistas à cidadania, preconizado no estado democrático de direito. A presença do Serviço Social na educação não é recente; contudo, seu reconhecimento neste espaço ainda se dá por meio de processos que vão ocorrendo gradativamente com avanços e conquistas da categoria profissional.

O profissional de Serviço Social deve ser dotado de postura crítica e interventiva em suas ações, pois trabalha com políticas públicas e seu trabalho não pode ser apenas executivo, devendo também ser propositivo em qualquer que seja o espaço sócio-ocupacional em que esteja inserido. Seu trabalho é desenvolvido a partir de três dimensões da competência profissional, denominadas teórico metodológica, técnico operativa e ético política, que dão o direcionamento da profissão. Nesse contexto, é envolvido um conjunto de elementos tais como os valores que legitimam a profissão, sua função social e seus objetivos, junto com os conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas e práticas. O Serviço Social, enquanto profissão, tem o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, em busca dos direitos e garantias individuais e sociais. É neste sentido que se dá a relação entre a Educação e o Serviço Social, pois a educação é um direito social, onde todo e qualquer cidadão tem direito ao acesso, e para isso o Serviço Social, enquanto profissão, vem a contribuir para que este possa ser acessado com qualidade conforme está previsto em lei.

Conforme posto no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, a educação se constitui como um direito fundamental e de natureza social. É importante ressaltar também que a educação é de suma importância à dignidade humana, sendo prevista no segundo o artigo 12 da Constituição Federal de 1988:

[...] os Estados-partes no presente Pacto [...] concordam em que a educação deverá visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e no sentido de sua dignidade e fortalecer o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais”.

É neste sentido que se deve buscar o acesso à educação de qualidade, partindo do pressuposto que toda e qualquer pessoa deve ser reconhecida como sujeito de direito. A partir disso é preciso construir meios e estratégias para que todos os indivíduos possam ter condições mínimas para tal acesso, como previsto em lei. Dessa forma, o Serviço Social enquanto profissão que busca pela efetivação de direitos, se torna fundamental na busca por estratégias e na construção de condições para a materialização de tal direito.

A escola é mais um espaço onde se edificam relações sociais, onde seu contexto é permeado por um conjunto de sujeitos que possuem realidades sociais diferentes, sendo a soma desse conjunto a comunidade escolar. Contudo, reconhecendo a escola como o ambiente que carrega consigo o importante papel de proporcionar ao sujeito um ensino de qualidade, se faz necessário que esta esteja capacitada, que disponha de condições mínimas para que a educação seja efetivada com qualidade. Para isso, é imprescindível que a escola disponha de

profissionais que estejam aptos a conhecer a realidade dos alunos e compreender seus processos históricos, juntamente com suas famílias e os que o cercam. O ambiente escolar também é um espaço de encontro das diversidades e complexidades presentes no cotidiano. Cada sujeito possui uma história de vida, realidade social, valores, dificuldades e potencialidades diferentes. É na escola onde se encontram os mais diversos problemas de ordem social (AMARO, 2012).

Baseado nesta identificação, reconhece-se a necessidade de uma atenção especial aos problemas presentes no âmbito escolar, pois é preciso buscar e construir estratégias para enfrentar essas questões. Neste contexto,

A negação da realidade concreta e das particularidades dos alunos, suas famílias e aspectos ideológico-político-culturais que condicionam as relações sociais acabam por transformar situações cotidianas manejáveis em problemas ameaçadores, alimentando mitos, estereótipos e fantasmas relacionados à origem e formas de enfrentamento das situações; não raro penalizando indivíduos por seu envolvimento nessas questões, em lugar ajuda-los a vencer os obstáculos (AMARO, 2012, p. 16).

A partir da apreensão desta realidade, é possível reconhecer a necessidade de um profissional específico para complementar e somar junto à equipe escolar, visando construir, em conjunto, respostas eficazes e efetivas às demandas e necessidades sociais apresentadas no contexto escolar.

[...] na escola, o papel do assistente social consiste basicamente em apoiar e promover a superação das contradições e dificuldades individuais e coletivas, inerentes à relação entre a escola, sua comunidade e as demandas de seus protagonistas, com vistas à efetivação do projeto da escola cidadã” (AMARO, 2012, p. 17).

Neste contexto, em que se reconhece a importância da inserção deste profissional na rede de educação básica, torna-se evidente as contribuições da profissão para o enfrentamento das contradições sociais e familiares presentes no cotidiano escolar.

Diante deste cenário é fundamental também que o profissional possa reconhecer o espaço em que está inserindo-se, pois

Sendo, então, a escola uma instituição social, no interior da qual vários projetos e propostas entram em disputa para organizar e dirigir o processo educativo, torna-se necessário “descobrir” quais seriam as funções específicas dos Assistentes Sociais no espaço escolar. É importante que o Assistente Social conheça o Projeto Político-Pedagógico (P.P.P.) da escola. Através do P.P.P., é possível captar os fundamentos, os princípios e os objetivos do processo educativo, mais especificamente, do

processo ensino-aprendizagem. Nesse sentido, há que se cuidar para que não haja justaposição de funções, pois as atividades didático- pedagógicas são atribuições específicas do corpo docente (ALMEIDA, s/d, p. 8).

No contexto da educação básica, o Serviço Social encontra um espaço sócio-ocupacional fecundo para sua inserção. No entanto, a intervenção profissional deve estar articulada com os três componentes que dão a base para a construção do projeto ético-político, são eles: O Código de Ética Profissional (1993), a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/93) e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996).

Outro ponto relevante para a discussão da inserção do Serviço Social nas escolas é a forma como ocorre esta inserção. De acordo com Almeida:

É de fundamental importância um amplo processo de mobilização da categoria profissional em torno deste tema, não só com o intuito de transformar expectativas em adesão, mas com o de instrumentalizar os assistentes sociais quanto ao significado político desta aproximação. Entendendo que o referido processo não diz respeito apenas ao âmbito do mercado de trabalho, mas ao conhecimento necessário sobre a educação, à política educacional e as possibilidades e demandas para a atuação dos assistentes sociais. Pode compor uma importante estratégia a organização de comissões de assistentes sociais que atuam, ou tenham proximidade e interesse nesta área, junto aos Conselhos Regionais de Serviço Social (ALMEIDA, 2004, p. 51).

É no contexto do espaço escolar, marcado pelos conflitos naturais de uma instituição social, que deve ser garantida a inserção dos assistentes sociais e suas contribuições. Nessa perspectiva, se impõe desenvolver ações profissionais para fortalecer as lutas sociais em defesa de uma educação emancipadora que possibilite aos indivíduos sociais o desenvolvimento de suas potencialidades como pessoas. Reconhecer a educação como um direito social e a escola como um espaço que possui uma função social, no que diz respeito ao acesso a este direito, é também reconhecer que o Serviço Social vem como uma forma de contribuir para a efetivação de direitos a partir da realidade social da comunidade escolar.

### **EDUCAÇÃO CIDADÃ: Perspectivas para o Serviço Social**

Diante do cenário em que a escola está inserida, permeada de inúmeras diferenças, é necessário buscar uma educação que não seja seletiva, excludente e que respeite as diferenças. Nesta perspectiva, o trabalho do Serviço Social no âmbito escolar vem a contribuir, considerando que o projeto profissional, a partir do Código de Ética Profissional, apresenta

dois princípios fundamentais que se articulam diretamente com a política de educação. São estes

Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” e “Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física (CFESS, 1993).

Com base nestes princípios é possível visualizar a relação do Serviço Social com a política de educação, e, neste sentido que emerge a necessidade de buscar e defender uma concepção de educação cidadã, a qual contempla os princípios éticos citados acima.

A educação cidadã é a concepção de educação defendida pelo Serviço Social, em conformidade com a matriz teórica hegemônica que a profissão defende. Isso ocorre pelo fato dessa educação ter como características principais a presença da democracia nos espaços escolares, o apoio e incentivo ao livre pensar, o respeito às diferenças presentes no âmbito escolar, a liberdade como princípio de manifestação dos sujeitos, entre outros, as quais estão inteiramente associados ao Projeto Ético-Político do Serviço Social.

O trabalho do Serviço Social no âmbito escolar está vinculado à defesa e garantia aos sujeitos do acesso e permanência a uma educação de qualidade que possibilite reflexão, formação crítica e oportunidades de transformação social. O Serviço Social enquanto profissão essencialmente interventiva busca uma nova ordem societária, defendendo uma educação que valorize e respeite as particularidades dos sujeitos, denominada educação cidadã.

Segundo Amaro (2012, p. 104), na particularidade do Serviço Social, “o alicerce da ação profissional na escola contemporânea é, e sempre será, a educação do cidadão”. Este profissional pode contribuir para a efetivação do acesso ao direito universal que é a educação, fazendo uma interlocução deste com a família, o seu entorno social e a comunidade escolar, pois ele é o profissional que detém competências e habilidades para apreender as relações complexas que se estabelecem no âmbito escolar como, por exemplo, a homofobia, discriminação, desigualdade, o bullying, superdotação, gravidez na adolescência, dentre outros.

Outro ponto importante que também vai ao encontro com a política de educação é o projeto ético-político que “pressupõe a referência a uma concepção de educação

emancipadora, que possibilite aos sujeitos sociais o desenvolvimento de suas potencialidades e capacidades como gênero humano” (CFESS, 2013, p. 33).

Na busca por uma educação cidadã, é necessário que a escola possa ser um lugar que proporcione aos sujeitos debater problemas, ensinar a pensar, realizar análises por meio de discussões que envolvam diferentes pontos de vista, com intuito de pensar em estratégias coletivas. Também é preciso que se faça presente na escola a democracia e o respeito às diferenças entre os sujeitos. Ressalta-se aqui a valorização da democracia na busca por uma educação cidadã, pois esta permite a ampliação da participação da comunidade escolar nas decisões que envolvem o rumo da educação na perspectiva de uma educação emancipatória. No entanto, para que isso ocorra é preciso que a escola tenha subsídios necessários para garantir uma educação plural, de qualidade e universal conforme previsto na Constituição.

A escola é um elemento fundamental no processo de transformação da sociedade, mas para que isso seja possível antes é necessário que a mesma passe por transformações. A educação é um dos meios que o homem possui para alcançar a transformação social e para que isso aconteça é preciso que o mesmo perceba que:

[...] Conscientização é um compromisso histórico. É também consciência histórica: é inserção crítica na história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. Exige que os homens criem sua existência com um material que a vida lhes oferece. A conscientização não está baseada sobre a consciência, de um lado e o mundo, de outro; por outra parte, não pretende uma separação. Ao contrário, está baseada na relação consciência- mundo [...] (FREIRE, 1979, p. 15).

Nesta perspectiva, para que se possa trabalhar em prol da transformação da realidade é necessário que o educador tenha consciência crítica, libertando-se da educação voltada à ideologia do saber restrito da ordem vigente. A educação deve contribuir para a transformação social e não alienar a sociedade, mascarando a realidade que se apresenta.

O Serviço Social trabalha sob a perspectiva da emancipação dos sujeitos, valorizando suas ideias, suas particularidades, preservando seus processos histórico-sociais, trazendo a democracia como elemento fundamental e transformador. A educação cidadã vai ao encontro do Serviço Social no momento em que propõe tornar a escola um espaço articulador e formador de sujeitos, visando à emancipação.

Considerando a relevância da necessidade de uma educação plena e de qualidade, sem dúvidas há na sociedade brasileira muitos desafios para que esta seja efetivada. É válido

ressaltar que o Serviço Social enquanto profissão tem o compromisso com a população no que se refere à busca por esta efetivação. Nesta perspectiva, o Conselho Federal de Serviço Social refere que

A educação é um complexo constitutivo da vida social, que tem uma função social importante na dinâmica da reprodução social, ou seja, nas formas de reprodução do ser social, e que numa sociedade organizada a partir da contradição básica entre aqueles que produzem a riqueza social e aqueles que exploram os seus produtores e expropriam sua produção. Este complexo assume predominantemente o caráter de assegurar a reprodução dos contextos sociais, das formas de apreensão do real, do conjunto de habilidades técnicas, das formas de produção e de socialização do conhecimento científico que reponham contínua e ampliadamente as desigualdades entre as classes fundamentais e as condições necessárias à acumulação incessante. Integra, junto com outras dimensões da vida social, o conjunto de práticas sociais necessárias à continuidade de um modo de ser, às formas de sociabilidade que particularizam uma determinada sociedade (CFEES, 2012, p. 16).

É neste contexto que se dá a relação entre a Educação e o Serviço Social, pois o mesmo trabalha para desconstruir a lógica de que a educação seja apenas uma forma de contribuir para a reprodução da riqueza social, onde o sujeito tem acesso à educação somente para trabalhar em prol das necessidades e demandas do capital. Para o Serviço Social, a educação deve ter como finalidade permitir que o sujeito tenha uma inserção na sociedade de forma plena, lhe sendo garantido uma vida minimamente digna.

Enquanto categoria, o Serviço Social tem a concepção de educação no viés emancipador, que vai ao encontro das reflexões de Paulo Freire, o principal idealizador de uma educação que visa a conscientização do analfabeto, da libertação do “oprimido que hospeda o opressor” por meio de cultura popular. Freire teve sua vida devotada à construção de uma educação libertadora capaz de instrumentalizar as camadas populares para lutar contra as relações opressoras do capitalismo. Maciel refere que em sua produção teórica

Paulo Freire almeja por uma Pedagogia Libertadora, produtora do diálogo permanente, fruto do processo que é por natureza dialética. Propõe uma Pedagogia dialógica na qual parte da problematização da realidade dos educandos para a finalidade de intervenção no mundo (MACIEL, 2011, p. 338).

Neste sentido, a educação libertadora com viés emancipatório tem como objetivo desenvolver a consciência crítica nos sujeitos, onde seja possível compreender a realidade social na qual estão inseridos, evitando a possível opressão. Dessa forma,

Uma educação emancipatória, para a autonomia requer uma formação cada vez mais significativa e consciente, durante toda vida dos indivíduos, portanto a importância da consistência do trabalho educativo numa perspectiva de democracia (FREIRE, 1967).

É possível estabelecer articulação com as reflexões presentes no documento elaborado pelo CFESS, este aponta que:

A educação, como dimensão da vida social, encerra as contradições que particularizam a vida social. Portanto, se a educação, sob o prisma do capital, se converte em um conjunto de práticas sociais que contribuem para a internalização dos consensos necessários à reprodução ampliada deste sistema metabólico, também e a partir dessa dinâmica é que se instauram as possibilidades de construção histórica de uma educação emancipadora, cujas condições dependem de um amplo processo de universalização do trabalho e da educação como atividade humana autorrealizadora. Trata-se, antes de tudo, de uma tarefa histórica, protagonizada por sujeitos políticos que compõem uma classe e precisam forjar processos de autoconsciência a partir da ação política, que produzam uma contra-hegemonia que atravesse todos os domínios da vida social, que impregne os modos de vida dos sujeitos singulares e sociais, as instituições educacionais e todas as demais também. Por esta razão, uma educação de caráter emancipador, ao mesmo tempo em que não prescinde da educação escolarizada, não se limita de forma alguma à mesma. (CFESS, 2012, p. 18-19).

Partindo do pressuposto que o Serviço Social enquanto categoria tem como concepção de educação uma educação com viés emancipatório, o projeto político da profissão está comprometido com a construção de uma nova ordem social. Esta pode ser caracterizada como uma mudança que a categoria procura articulada com o seu projeto ético-político profissional, visando a ruptura com a dominação de classes, com as desigualdades e explorações existentes no modo de produção capitalista, buscando a emancipação humana dos sujeitos.

Assim, reconhecendo a educação como um direito, o Serviço Social traz em seu código de ética a universalização como um de seus princípios juntamente com equidade. Neste sentido, o acesso à educação de qualidade torna-se uma das lutas do Serviço Social enquanto categoria, no intuito de buscar melhoria de vida dos sujeitos, no conjunto da sociedade.

## **SERVIÇO SOCIAL E A INSERÇÃO NECESSÁRIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Os diferentes documentos apontam que dentre os elementos referentes ao trabalho do serviço social na área da educação básica destacam-se as dimensões das competências profissionais do Serviço Social. Essas dimensões encontram-se presentes nas diferentes expressões do exercício profissional: formativa, investigativa, organizativa e interventiva. A

intervenção profissional do assistente social é constituída por diferentes dimensões, dentre elas, as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, todas fazendo parte do conjunto que compõe o projeto ético-político da profissão que dá o direcionamento para a intervenção profissional.

No que se refere às competências, o Serviço Social vem contribuir no âmbito da educação básica no momento em que se reconhece como competência deste profissional a atitude investigativa no cotidiano do exercício profissional onde são apreendidas as diversas demandas sociais.

Algumas demandas expressivas, que aparecem na produção de diversos autores e que se colocam como necessidades pontuais de intervenção prática no espaço escolar, destacam-se: situações de violência, negligência, bullying, fragilidade e/ou rompimento de vínculos dentre outras realidades sociais, que muitas vezes não são identificadas pelos outros profissionais que fazem parte do âmbito escolar e quando o são, não são aprofundadas. O Serviço Social enquanto profissão interventiva tem condições de atuar nesta realidade como mediador entre escola, família e comunidade por ter como objeto de atuação as manifestações da questão social. Nesta perspectiva, Sousa argumenta que o

Assistente social ocupa um lugar privilegiado no mercado de trabalho: na medida em que ele atua diretamente no cotidiano das classes e grupos sociais menos favorecidos, ele tem a real possibilidade de produzir um conhecimento sobre a mesma realidade (SOUSA, 2008, p. 122).

O documento aponta que o trabalho do Serviço social na área da educação coloca aos profissionais

[...] o desafio de compreender e acompanhar teórica e politicamente como que as requisições postas a este profissional estão articuladas às tendências contraditórias da política de educação de ampliação das formas de acesso e permanência na educação escolarizada diante de um cenário em que a realidade local encontra-se cada vez mais imbricada com a dinâmica de mundialização do capital. (CFESS, 2011, p.25).

Partindo desta reflexão, torna-se claro que a construção de uma intervenção qualificada dos profissionais na área da educação é imprescindível para dar respostas aos anseios e carências dos sujeitos que compõem a comunidade escolar. Para que isso ocorra, o Serviço Social dispõe de instrumentos de trabalho que permitem a realização da ação profissional com qualidade necessária para transformar a realidade social no âmbito escolar.

Outro aspecto que aparece no referencial estudado, é que:

[...] o diferencial de um profissional é saber adaptar um determinado instrumento às necessidades que precisa responder no seu cotidiano. E como a realidade é dinâmica, faz-se necessário compreender quais mudanças são essas para que o instrumental utilizado seja o mais eficaz possível, e, de fato, possa produzir as mudanças desejadas pelo Assistente Social – ou chegar o mais próximo possível (SOUSA, 2008, p. 124).

No rol desses instrumentos de trabalho a partir da análise realizada, encontra-se a linguagem. Através dela se estabelece uma das primeiras aproximações com o usuário, utilizada para estabelecer relação com a população atendida no âmbito escolar. Outro instrumento de trabalho identificado é a observação participante, utilizada para a realização do conhecimento da realidade. Também são reconhecidas como instrumento de trabalho as entrevistas individuais ou grupais, que se caracterizam como diálogos que o Assistente Social enquanto profissional integrante do âmbito escolar pode fazer uso para trabalhar com os estudantes e equipe interdisciplinar, para identificar as demandas sociais presentes e trabalhar a partir delas. Neste rol dos instrumentais está incluída a dinâmica de grupo, onde o profissional pode possibilitar aos usuários uma reflexão e interação com os demais integrantes desta política. A reunião também faz parte dos instrumentos de trabalho do Serviço Social. Através dela, o profissional junto à equipe constitutiva desta política, pode realizar discussões e decisões coletivamente com a comunidade escolar. A mobilização de comunidades também se configura como instrumento de trabalho e através dela o Serviço Social, no âmbito da educação básica, irá contribuir no sentido de mobilizar a comunidade escolar em prol de interesses comuns como a melhoria desta política, ampliação bem como a efetivação da mesma.

Destacam-se aqui, também, outros dois instrumentos, as visitas domiciliares e institucionais realizadas pelo Serviço Social as quais são de suma importância, pois possibilitam conhecer as condições e modo de vida dos usuários desta política, estabelecendo contato com a sua realidade cotidiana, onde são constituídas suas relações. Esse instrumento permite conhecer e analisar as condições de vida e de existência do usuário e de sua família. Ressalta-se imprescindíveis o estudo social e, por vezes, o parecer social, considerando que são instrumentos de organização de informações coletadas a partir do conhecimento da realidade e seus conhecimentos teóricos que resultaram em uma análise fundamentada, para

emitir uma opinião e produzir conhecimento sobre determinada realidade, baseada numa perspectiva de análise teórica.

Estes são alguns dos instrumentos de trabalho do Serviço Social identificados que contribuem para a qualificação do atendimento da população usuária da política de educação básica, e que respondem às necessidades profissionais a partir de diferentes contextos e realidades sociais. Através desses instrumentos é que o Serviço Social na educação básica se embasará para dar materialidade às suas competências e atribuições profissionais, buscando viabilizar os direitos previstos nas políticas sociais, bem como lutar pela consolidação e ampliação destes direitos.

Outro aspecto do Serviço Social, destacado a partir desta análise, que vem somar na educação básica, é o trabalho interdisciplinar que procura romper com reducionismos, levando em conta o espaço de complementação de saberes entre os profissionais que fazem parte da política de educação básica, realizando interlocuções para buscar melhores estratégias de intervenção das demandas no âmbito escolar. Segundo Prates:

[...] reconhecemos que nenhuma área pode sozinha, dar conta da complexidade destes fenômenos e, apesar de ainda as áreas do saber estarem estruturalmente fragmentadas, caminhamos para a unidade na interdisciplinaridade. Isso não significa, em hipótese alguma, que as áreas percam sua identidade ou não tenham suas particularidades, mas sim que reconheçam a unidade dos sujeitos, dos fenômenos, da sociedade, que não podem ser tratados de forma efetiva, a não ser como totalidades, como unidades dialéticas. Portanto, quanto mais alongado este olhar que os desvenda e planejados de modo integrado os processos interventivos, que, ressalte-se, não podem prescindir da participação concreta dos sujeitos usuários, maior alcance social e efetividade, sem dúvida, lograrão (PRATES, 2007, p. 222).

No campo da educação básica, é de suma importância que os profissionais que constituem o quadro técnico-profissional estejam dispostos a realizar um trabalho interdisciplinar, partindo do pressuposto que este é fundamental para os processos de desvendamento da realidade. Para Amaro:

Interdisciplinarmente condicionado, o assistente social se insere na educação munido de sua capacidade de abordar tanto as diversas situações sociais excludentes que movimentam a escola, como os processos de resgate e fortalecimento da cidadania requerida (AMARO, 2012, p. 105).

Neste sentido, o Serviço Social inserido na política de educação básica, enquanto profissional, tem em seu processo de formação a capacitação para trabalhar na identificação das expressões da questão social que se manifestam no âmbito escolar, e com isso, junto com outros profissionais da área, contribui significativamente para refletir e propor possibilidades de enfrentamento dessas disparidades sociais que interferem no ambiente escolar. Sendo assim o Assistente Social:

[...] Como coparticipante do processo de transformação, deverá contribuir, por meio de uma práxis educativa e transformadora, para a construção de sujeitos históricos respeitados e valorizados como seres humanos livres capazes de pensar, agir, decidir, optar e, nessa perspectiva dialética, transformar a realidade e por ela ser transformado. [...] O exercício profissional da profissão envolve a ação de um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição seus projetos, defender seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais que extrapolem ações rotineiras e decifrem realidades subjacentes, revertendo-as em ações concretas de benefícios à população excluída (PIANA, 2009, p.101-101).

Desta forma, o Assistente Social inserido na política de educação se constrói como trabalhador, sendo um profissional que tem sua formação voltada para o enfrentamento das expressões da questão social, elaborando diagnósticos qualificados que dão suporte teórico e prático para a intervenção profissional, visando desvendamento da realidade para além do aparente. Inserido na política de educação básica, intervindo juntamente com outros profissionais que a compõe, o Serviço Social é desafiado a trabalhar nas contradições impostas pelo capital que são determinantes para o surgimento das expressões da questão social no ambiente que envolve o contexto escolar. Nesta direção, Almeida refere que a presença de Assistentes Sociais nas escolas

[...] expressa uma tendência de compreensão da própria educação em uma dimensão mais integral, envolvendo os processos sócio-institucionais e as relações sociais, familiares e comunitárias que fundam uma educação cidadã, articuladora de diferentes dimensões da vida social como constitutivas de novas formas de sociabilidade humana, na quais o acesso aos direitos sociais é crucial (ALMEIDA, 2005, p. 6).

A inserção do Serviço Social na educação brasileira vem se construindo como espaço de trabalho, proporcionando novas possibilidades de efetivação no processo de acesso à política e direitos dos sujeitos que compõe o ambiente escolar.

Defende-se a importância do trabalho do Serviço Social na educação básica no momento em que entende-se que este é um profissional que trabalha numa perspectiva de formação que os possibilitem interpretar as diferentes expressões da questão social que se apresentam no âmbito escolar, propondo de forma competente e crítica formas de enfrentamento das mesmas. Segundo o CFESS

[...] O enfrentamento da questão social envolve a luta pela construção, materialização, consolidação dos direitos sociais, como uma mediação para a construção de uma outra sociabilidade. Uma das formas de acessar e garantir esses direitos é por meio das políticas sociais. E as políticas sociais que compõem a proteção social tem se constituído em respostas, muitas vezes fragmentadas, para as complexas expressões da questão social produzidas neste sistema de exploração e dominação (CFESS, 2012, p. 27).

Importa registrar que o Serviço Social tem a questão social como sua “[...] centralidade historicamente atua em múltiplas e complexas manifestações, têm competência para planejar, propor, elaborar, coordenar e executar ações, projetos e programas sociais, na ampla realidade social e institucional” (AMARO, 2012, p. 102).

Neste contexto a escola se apresenta diariamente como um espaço de contradições. Nesta perspectiva, a busca por estratégias de intervenção do Serviço Social se dá em diferentes ambientes e situações. O acesso à educação de qualidade não pode ser apreendido como o único condicionante para o desenvolvimento do aluno no que tange seu processo de construção de conhecimento. Partindo desse pressuposto, a pesquisa demonstra que o Serviço Social neste espaço também deve estar acompanhando o aluno e ter seu trabalho voltado para permanência deste aluno na escola, considerando que o assistente social é um profissional que tem a capacidade de intervir nas dificuldades que se apresentam de diversas formas no âmbito escolar, como realizar mediação do aluno com a rede de proteção social. Segundo o CFESS a inserção de assistentes sociais na Política de Educação

[...] ao longo das últimas duas décadas, responde sobretudo às requisições socioinstitucionais de ampliação das condições de acesso e de permanência da população nos diferentes níveis e modalidades de educação, a partir da mediação de programas governamentais instituídos mediante as pressões de sujeitos políticos que atuam no âmbito da sociedade civil. Desse modo, se por um lado resulta da histórica pauta de luta dos movimentos sociais em defesa da universalização da educação pública, por outro se subordina à agenda e aos diagnósticos dos organismos multilaterais, fortemente sintonizados às exigências do capital, quanto à formação e qualificação da força de trabalho. Inscreve-se, portanto, na dinâmica contraditória das lutas societárias em torno dos processos de democratização e qualidade da educação, cujo resultado mais efetivo tem se traduzido na expansão das condições

de acesso e permanência, a partir do incremento de programas assistenciais, o que caracterizou a intervenção do Estado no campo das políticas sociais na primeira década deste século (CFESS, 2012, p. 37).

A partir da análise dos documentos da categoria profissional referente à educação, observou-se que o Serviço Social inserido na educação básica tem o objetivo de identificar as demandas presentes nas relações sociais que incluem o cotidiano do aluno e as suas relações existentes entre sociedade e família, partindo das necessidades de garantir os direitos previstos constitucionalmente aos educandos. Entretanto, faz-se necessário ressaltar também que:

[...] poderemos não ser apenas identificados/as como “executores/ as terminais” das políticas públicas ou “solucionadores/as” das expressões da questão social, como em experiências de assistentes sociais na educação, particularmente nas escolas, com responsabilidade atribuída para “soluções” da evasão escolar, inúmeras expressões da violência, discriminações etc, muito embora estes fenômenos sejam objeto da atuação profissional cotidiana e que exigem a análise crítica das raízes que os conformam” (CFESS, 2012, p. 28).

Sendo assim, sua contribuição diz respeito a sua formação, intervindo em diversos ambientes de forma, propositiva, ética, teórica, histórica, crítica e metodológica. De acordo com o CFESS, embora se reconheça a dimensão estratégica das ações voltadas para a garantia do acesso e da permanência na educação escolarizada

[...] no âmbito da política educacional - sem perder de vista as contradições que as atravessam -, elas não esgotam o potencial e o alcance do trabalho profissional dos/as assistentes sociais. A atuação direcionada para a garantia da gestão democrática e da qualidade da educação indica outras dimensões que também se inscrevem no conjunto das lutas sociais pelo reconhecimento e ampliação da educação pública como um direito social, evidenciando sua sintonia com os princípios ético-políticos que norteiam a atuação profissional. Reafirma, portanto, a compreensão de que o trabalho do/a assistente social, no campo da educação, não se restringe ao segmento estudantil e nem às abordagens individuais. Envolve também ações junto às famílias, aos professores e professoras, aos demais trabalhadores e trabalhadoras da educação, aos gestores e gestoras dos estabelecimentos públicos e privados, aos/as profissionais e às redes que compõem as demais políticas sociais, às instâncias de controle social e aos movimentos sociais, ou seja, ações não só de caráter individual, mas também coletivo, administrativo-organizacional, de investigação, de articulação, de formação e capacitação profissional (CFESS, 2012, p. 38).

Nesta perspectiva, o Serviço Social na educação básica busca trabalhar de forma integrada e participativa, articulando a Lei nº 8662/93, que rege e orienta a profissão, com a política educacional brasileira, mediando a comunidade escolar com as demandas de acessos especialmente aos direitos sociais. Sendo assim, as possibilidades de intervenção e mediação

do Serviço Social são amplas na política de educação, pois trabalham em rede com outras políticas de direito social.

Com base nisso, o papel desse profissional na escola é também trabalhar objetivando o apoio e a promoção da “[...] Superação das contradições e dificuldades individuais e coletivas, inerentes à relação entre escola, sua comunidade e as demandas de seus protagonistas, com vistas à efetivação do projeto da escola cidadã” (AMARO, 2012, p.17). Segundo o CFESS a educação

[...] pode ser considerada um espaço privilegiado para o enriquecimento ou empobrecimento do gênero humano. Assim, na perspectiva de fortalecimento do projeto ético-político, o trabalho do/a assistente social na Política de Educação pressupõe a referência a uma concepção de educação emancipadora, que possibilite aos indivíduos sociais o desenvolvimento de suas potencialidades e capacidades como gênero humano (CFESS, 2012, p.33).

Cabe ressaltar que a pesquisa identificou que o Serviço Social inserido na educação básica tem a necessidade de se reconhecer dentro desta política, para depois fazer-se reconhecer perante aos usuários e aos mantenedores da instituição. Para romper com visões não legítimas da profissão,

[...] o profissional precisa ter clareza que é acionado pelo Estado para atuar na produção e reprodução das relações sociais, necessitando constantemente criar estratégias que fortaleçam e legitimem o Projeto Profissional (SILVEIRA, 2013, p. 83-84).

No entanto, os espaços ocupacionais nos quais se insere o/a assistente social encontram-se, na atualidade, bastante precarizados

[...] no que diz respeito à infraestrutura, a recursos humanos e a condições objetivas para materializar as políticas sociais a que estão vinculados. Para o exercício profissional com qualidade e fortalecimento do projeto ético-político, o/a assistente social deve ter garantido seu direito ao livre exercício das atividades inerentes à profissão, inviolabilidade do local e documentação, bem como a liberdade na realização de estudos e pesquisas e autonomia profissional para decidir a direção e estratégias de ação junto aos/às usuários/as respaldando-se na legislação (CEP, Lei de Regulamentação - 8.662/1993, Resoluções CFESS) e na busca de apoio e orientação dos Conselhos Regionais de sua jurisdição (CFESS, 2012, p. 35).

No que tange aos limites e possibilidades do Serviço Social nos diferentes espaços de trabalho, a educação básica se caracteriza como um espaço no qual encontram-se diversas

incertezas e conflitos sociais. Partindo desse pressuposto, o Serviço Social objetiva mediar dificuldades que desestruturam o ambiente escolar e que conseqüentemente interferem na formação do aluno. As contribuições do trabalho do Serviço Social na educação básica giram em torno da superação das contradições que assolam o âmbito escolar, identificando-as e buscando estratégias para o seu enfrentamento e superação. Em suma, o Serviço Social objetiva sua intervenção com vistas a contribuir para o desvendamento da realidade social, trabalhando numa perspectiva transformadora, visando à superação das desigualdades sociais, e buscando a construção de uma educação cidadã.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Apesar do trabalho do Serviço Social na educação se fazer presente desde o surgimento dos processos sócio-históricos constitutivos da profissão, este espaço ainda é novo na realidade do Assistente Social. Observa-se que a maior dificuldade da intervenção do Assistente Social na política de educação básica é a própria clareza do mesmo no seu agir profissional. Neste sentido, é necessário que a categoria profissional continue trabalhando para desenvolver estratégias visando superar esta incoerência. A história da educação escolar brasileira nos revela contradições no que tange ao seu acesso e permanência. É importante destacar aqui que a educação escolar brasileira era tratada como uma mercantilização, onde a mesma tinha sua forma pedagógica voltada quase que exclusivamente a ideias conservadoras, direcionada ao mercado, ao individualismo, a competição, a inconsciência do que acontece ao seu redor, ou seja, a inconsciência da realidade social. É nessa perspectiva que se reconhece a importância do trabalho do Serviço Social na educação básica, pois este tem o objetivo de conhecer a comunidade escolar (alunos, família, profissionais da educação) para propor uma intervenção interdisciplinar, com o objetivo de superar as contradições presentes no cotidiano escolar que dificultam e por vezes impossibilitam a garantia do direito a educação e o desenvolvimento das habilidades dos sujeitos que fazem parte deste espaço, buscando o rompimento da mercantilização da educação e ideias conservadoras voltadas ao mercado.

O Serviço Social no âmbito da educação básica irá intervir nessa realidade social, discutindo e propondo novas possibilidades de contribuir no sentido de superação dos condicionantes que se apresentam na educação escolar, que dificultam não só o ensino/aprendizagem dos alunos e profissionais da educação, mas também de toda comunidade escolar. Desta forma, as ações desenvolvidas pelo Serviço Social na educação

básica buscam mediar as diferentes contradições que se expressam na comunidade escolar com as políticas de direitos sociais, trabalhando na perspectiva de garantir esses direitos e superar essas contradições apresentadas pelas expressões da questão social que emergem do sistema vigente. As expressões da questão social movimentam-se de acordo com a dialética que gira em torno do homem através do capital, tendo a necessidade de profissionais que intervenham nessas contradições. Desta forma, o Serviço Social inserido no âmbito da educação básica não realizará sua intervenção de forma imediata, mas sim de forma ampliada, considerando a totalidade do sujeito, buscando compreender as relações sociais e como os valores apreendidos nas vivências de uma sociedade capitalista interferem no modo e condição de vida dos sujeitos.

Merece relevo nesta área de estudo e inserção, o referencial teórico-prático de Paulo Freire, que apresenta excelentes contribuições na área da educação. Seria de grande valia a oportunidade de explorar mais sua literatura, pois este é um autor preocupado com os sujeitos considerando sua totalidade. O legado de Freire aponta para a necessidade de um processo de formação que oriente o sujeito a ler o mundo a partir de sua realidade social vivenciado em seu cotidiano. Entende-se que o pensamento de Paulo Freire e suas contribuições vão ao encontro do que o Serviço Social enquanto categoria profissional busca.

Por fim, o que se verifica é que a inserção do Serviço Social na educação básica brasileira contribui para o enfrentamento das expressões da questão social que se apresentam no cotidiano escolar. Nesta perspectiva, o Serviço Social respaldado pelo Código de Ética Profissional em todos os espaços sócios ocupacionais em especial aqui a educação básica deve criar estratégias para a materialização do seu projeto ético político com o amparo legal de sua Lei de Regulamentação da Profissão. Assim, é necessário que o Assistente Social, ao buscar pela sua inserção na educação básica, tenha a clareza de suas contribuições e do espaço sócio ocupacional em que vai se inserir para que não seja apenas mais um espaço de inserção profissional. De todo modo, o Serviço Social no âmbito da educação básica deve intervir contribuindo na transformação social dentro deste espaço, buscando enfrentamento das desigualdades sociais, indo ao encontro do acesso a uma educação de qualidade.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes Gerais Para O Curso De Serviço Social**. 1996. Disponível em: [http://www.cressrs.org.br/docs/Lei\\_de\\_Diretrizes\\_Curriculares.pdf](http://www.cressrs.org.br/docs/Lei_de_Diretrizes_Curriculares.pdf) acesso em: 29 de ago. de 2016.

AMARO, Sarita. **Serviço Social na Educação: bases para o trabalho profissional.** Florianópolis: UFSC, 2012.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **Parecer sobre os projetos de lei que dispõem sobre a inserção do Serviço Social na Educação.** Brasília: CFESS, 2004. Disponível em: <http://www.assistentesocial.com.br/novosite/cadernos/cadespecial26.pdf>. Acesso em: 10 de jun. de 2016.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social e a política de Educação.** S.D. Disponível em: [http://docentes.ismt.pt/~eduardo/supervisao\\_estagio/documents/13\\_ServicoSocialnaEducacao.pdf](http://docentes.ismt.pt/~eduardo/supervisao_estagio/documents/13_ServicoSocialnaEducacao.pdf). Acesso em: 27 de out. d 2016.

\_\_\_\_\_. **A educação como direito social e a inserção de Assistentes Sociais em estabelecimentos educacionais.** Cartilha- O Serviço Social e a Política Pública de Educação. Minas Gerais, 2005.

BRASIL, Lei Nº 8.662, promulgada em 7 de junho de 1993. **Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.** Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao\\_lei\\_8662.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_lei_8662.pdf) Acesso em: 27 de ago. de 2016.

\_\_\_\_\_, Lei Nº 9.394, promulgada em 20 de dezembro de 1996. **Dispõe sobre Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).** Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/11691412/artigo-32-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996>. Acesso em: 29 de ago. de 2016.

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS. Resolução CFESS nº 273/93 de 13 de março de 1993. IN: **COLETÂNEA DE LEIS: revista e ampliada.** CRESS: Porto Alegre, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação.** Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS\\_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf). Acesso em: 27 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Cartilha Trabalho E Projeto Profissional Nas Políticas Sociais: **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação.** CFESS, 2012.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FREIRE, Paulo. **Educação Como Prática da Liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967. (32ª impressão).

\_\_\_\_\_. **Conscientização: teoria e prática da libertação.** São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

IAMAMOTO, M.V. Estado, classes trabalhadoras e políticas sociais no Brasil. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 34.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MACIEL, Karen de Fátima. **O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular.** Disponível em: <http://www.seer.ufv.br/seer/educacaoem perspectiva/index.php/ppgeufv/article/viewFile/196/70>. Acesso em: 25 de jun. de 2016.

Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

PIANA, Maria Cristina. **Serviço Social e Educação: Olhares que se entrecruzam.** Disponível em: [http://www.cress-mg.org.br/arquivos/servico\\_social\\_eeducacao.pdf](http://www.cress-mg.org.br/arquivos/servico_social_eeducacao.pdf). Acesso em: 25 de out. de 2016.

PRATES, Jane Cruz. **A arte como matéria-prima e instrumento de trabalho para o assistente social.** Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 6 n. 2 p. 221-232. jul./dez. 2007.

SILVEIRA, Silvia Regina. O Trabalho do Assistente Social na Política Pública de Educação Básica na Região Metropolitana de Porto Alegre. **Tese.** Disponível em: <http://repositorio.pcrs.br/dspace/bitstream/10923/5126/1/000445411-Texto%2BCompleto-0.pdf>. Acesso em: 28 de out. de 2016.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social.** 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SOUSA, Charles Toniolo de. **A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional.** Ponta Grossa, 2008.